

PATRICK GABORIAU\*

SEM DOMICÍLIO EM PARIS, MOSCOU  
E LOS ANGELES UM ETNÓLOGO EM TRÊS CAMPOS  
DE PESQUISA: TENTATIVAS DE ESCLARECIMENTO\*\*

*A partir de três etnografias com pessoas sem domicílio fixo realizadas pelo autor em diferentes continentes, propõe-se uma confrontação das condições de existência atuais deste sujeito em cada cidade: Paris, Moscou e Los Angeles. Os limites e as implicações de tal empreendimento são explicitados pela prudência metodológica e indicações acerca das dificuldades do comparatismo. Considerando a multiplicidade de fatores do fenômeno em questão, tenta-se destacar elementos possíveis de serem objetivados e aqueles que se apresentam de forma generalizada, bem como os que se configuram de modo singular em cada sociedade. As contribuições do método etnográfico são, por fim, apresentadas enquanto meio privilegiado para conhecer o ponto de vista das pessoas estudadas, considerando as suas formas de interação com a totalidade e as condições precisas de cada contexto em termos históricos, econômicos, políticos e culturais.*

*Palavras-chave: sem-domicílio fixo; população em situação de rua; homeless; etnografia; método comparativo.*

\* Pesquisador do CNRS, doutor em Psicologia, doutor em Linguística, doutor de Estado em Etnologia e Sociologia Comparada.

\*\* Tradução de Regina Vasconcellos, revisão técnica de Claudia Turra Magni.

Não é fácil comparar três estudos efetuados em situações de trabalho de campo diferentes, mas é justamente esse o desafio deste texto. A reflexão proposta se baseia em três pesquisas de campo, três pesquisas diretas de cunho antropológico efetuadas em três cidades de países ocidentais: Paris, Moscou e Los Angeles. Um mesmo tema põe em confronto os trabalhos aqui colocados em perspectiva: o estudo das pessoas sem domicílio.

Antes de abordar as comparações possíveis, nos parece necessário falar das dificuldades dessa proposta, e da prudência necessária. Desejamos explicitar os limites e a complexidade de um exercício como este. As questões iniciais parecem as da filosofia clássica: o que sou capaz de saber? Com que grau de certeza?

Com efeito, a comparação de sítios urbanos com dez milhões de habitantes ou mais apresenta múltiplos problemas. Qual é a pertinência do olhar do etnólogo, artesão individual, nas grandes cidades modernas que podemos chamar de metrópoles? O que ele viu e qual o sentido a ser deduzido? O que ele pode, razoavelmente, conhecer? O campo permite uma abordagem metódica racional? A comparação, diremos, “no limite”, isto é, no limite do que parece possível, interroga, em resposta, os métodos utilizados, o que provavelmente constitui um aspecto interessante deste trabalho. Quais são os efeitos desse gênero de comparatismo sobre o próprio conhecimento antropológico?

A audácia desta comparação “no limite” obriga a pensar em uma adaptação necessária dos métodos de pesquisa de campo para acompanhar o fio de uma reflexão transnacional. Duplo objetivo, portanto: o da comparação em si, de suas possibilidades – o que ela permite enunciar? Quais são os seus limites? E, segundo eixo, o do trabalho comparativo a partir do campo urbano em metrópoles: quais as questões que ele coloca para a disciplina antropológica? O que ela convida a rever no que diz respeito aos procedimentos do trabalho de campo? Formulado de maneira simples e precisa: o que o etnólogo que pesquisa sozinho em metrópoles pode esperar conhecer?

## 1. UMA PRUDÊNCIA METÓDICA

A dificuldade da análise e sua incerteza se devem ao problema da comparação. O que estamos comparando, e em que nível? Existem, efetivamente, diferentes abordagens possíveis. Assim, podemos considerar o nível internacional, o da distribuição de renda ou de patrimônio, e nos interessarmos pelo conceito de “desigualdade” e seus efeitos sobre o que observamos ao caminharmos pelas ruas de uma cidade (existem muitas

peças sem domicílio visíveis?). O etnólogo pode também descrever um bairro pobre que ele percorre, ou contabilizar o número de mendigos que vê nesta ou naquela rua, num determinado dia a uma determinada hora (assim ele poderá constatar se existem ou não crianças vivendo nas ruas nos arredores das estações de trem, o que é o caso em Moscou, mas não em Paris, por exemplo). Mas muitas pessoas sem domicílio permanecem “invisíveis” porque ocultas em locais escondidos, ou simplesmente impossíveis de serem diferenciadas dos outros cidadãos. Outra abordagem consiste em centrar o olhar no funcionamento do Estado e nas políticas sociais – quais são as modalidades assistenciais disponíveis? Qual o seu montante e por qual duração, para uma pessoa desempregada, um doente, um viúvo ou viúva, uma pessoa solteira com filhos? Quais são as possibilidades de acesso à saúde (médico, dentista, oftalmologista)? Em que medida o auxílio social protege uma parte da população pobre e evita que ela viva nas ruas? Qual é o auxílio social para a habitação? Existem ou não habitações específicas para as famílias de baixa renda? Em um nível mais local, direcionando-nos sempre para um plano mais restrito, podemos considerar as regiões e o quadro institucional: qual a importância respectiva das associações caritativas laicas e religiosas? Existem centros nos quais é possível comer, buscar alimentos, tomar um banho, se cuidar gratuitamente? Como funcionam esses centros? (como etnólogo, é possível frequentá-los ao lado das pessoas sem domicílio). Enfim, na escala de uma cidade, podemos nos interessar pelos modos de vida – seja pelos modos de vida nas instituições de amparo, pelas gestões das sociedades caritativas (são elas laicas? religiosas? públicas ou privadas?), ou ainda pelos modos de vida nas ruas, por um grupo, ou grupos, de pessoas sem domicílio, das quais o etnólogo procurará adotar a perspectiva e compreender o ponto de vista. Por fim, uma ou algumas pessoas sem domicílio podem ser o objeto de um estudo biográfico ou fenomenológico aprofundado: como vivem? Como passam elas o seu dia? Quais são os seus pontos de vista? Como é a sua vida social, afetiva? O que pensam da política, da religião?

Inúmeras são as escolhas possíveis, e cada uma provoca consequências notáveis. A escala ampla, internacional, supõe a consulta de estatísticas divulgadas por organismos oficiais. Assim como a política de um Estado será estudada pela leitura de textos e o confronto entre textos e práticas. A escala, que podemos chamar de média – no nível de uma região ou de uma cidade, por exemplo –, implica a organização de uma pesquisa de tipo sociológico, que supõe meios financeiros e um grupo de pesquisadores formados. Enfim, o método etnográfico, a abordagem direta em situação, parece mais apropriado no que concerne à escala em

plano restrito, no nível de algumas instituições, grupos, pessoas e, de um modo geral, para todo estudo que vise considerar os pontos de vista das pessoas. É preciso ressaltar que as diferentes abordagens podem se conjugar e se articular.

Em termos do método, não se deve esquecer o fato de que a variação da escala não é apenas uma variação geográfica, mais ou menos extensa. *A mudança de escala implica uma transformação do problema.* Os métodos escolhidos constituem um ponto de vista sobre a questão inicial. A abordagem etnográfica é, de imediato, uma ótica que tem seus limites – ligados à capacidade física e mental da pessoa, um indivíduo que, por definição, pesquisa aqui e agora, ou seja, em um lugar da cidade, em um momento histórico preciso –, mas também suas possibilidades: o pesquisador artesão organiza pouco a pouco seu próprio trabalho, renova suas observações, percorre várias vezes os mesmos bairros, em diferentes horas do dia, conhece pessoas nas ruas, fala com elas, tenta captar as dificuldades, da maneira como são vistas pelos envolvidos (assistentes sociais, voluntários, pessoas sem domicílio), e reconstitui pouco a pouco uma mescla de pontos de vista. Ele mostra a complexidade da questão e a ilusão de uma simplificação aparente: o universo das ruas é complexo, marcado por trajetórias variadas que algumas tipologias podem, eventualmente, permitir abordar sob o ângulo comparativo.

## 2. AS DIFICULDADES DO COMPARATISMO

Com base em quais critérios confiáveis devemos efetuar as comparações? A precisão contextual parece tornar difíceis comparações entre Estados ou culturas. Tomemos um exemplo simples: nos três países considerados – França, Rússia e Estados Unidos – a comparação entre salários é extremamente difícil. Em primeiro lugar, é preciso levar em conta as possibilidades de compra, que são diferentes de um país para outro com a mesma soma de dinheiro; os alimentos de base têm custos diferentes proporcionalmente aos salários. (Na Rússia, a cesta básica de menor qualidade custa pouco, mas produtos deteriorados podem estar à venda, o que dificilmente acontece na França ou na Califórnia). Em segundo lugar, a assistência social disponível (os custos médicos, o preço de uma hospitalização, por exemplo) é muito diferente de um país para outro. A qualidade do atendimento não é a mesma (assim, a hospitalização pode ser gratuita na Rússia, mas, em certos hospitais, poderão faltar antibióticos. Nos Estados Unidos, os hospitais selecionam seus pacientes em função de seus seguros, que revelam também o seu nível de vida, e o critério seletivo se faz na própria recepção dos estabelecimentos hos-

pitalares; na França, o sistema público dos hospitais é mais aberto, visto que o pagamento é posterior, com os pacientes recebendo a fatura pelo correio, mas ele pode ser seletivo para os estrangeiros que não tenham os documentos em regra). Em terceiro lugar, seria uma ingenuidade acreditar que os salários declarados correspondem efetivamente à renda obtida, e então uma questão se impõe: como estimar a fraude? Na Rússia, muitas pessoas trabalham “*au noir*” (clandestinamente, sem vínculo empregatício legal) ou “*au gris*” (ou seja, quando só uma parte do salário é paga legalmente) e têm um segundo ou mesmo terceiro emprego sem declará-los. Enfim, o nível de vida pode depender de hábitos culturais. Assim, muitos russos em Moscou dispõem de *datchas* onde cultivam legumes para seu consumo, o que diminui suas despesas com alimentação, permitindo-lhes uma situação menos precária, o que não acontece nem em Paris nem em Los Angeles. Em suma, é utópico querer partir de uma base objetiva indiscutível em que o comparatismo teria um apoio estável. Incertezas e imprecisões governam as comparações. Daí a dificuldade e as incertezas de um comparatismo global.

Um estudo comparativo tem necessariamente seus limites. Ele é apenas uma tentativa. O autor deve esclarecer seus objetivos. Quais são eles? Comparar as políticas sociais de vários países? Saber mais sobre a miséria para agir sobre os modos de governo? Estudar o papel das instituições de caridade, seus efeitos, e a maneira como são vistas pelas pessoas sem domicílio? Perceber melhor os pontos de vista e os valores dos pobres? Compreender o encadeamento de circunstâncias que levam uma pessoa a viver nas ruas? Estudar a importância ou não das solidariedades familiares ou locais? Buscar os elementos comuns ou as diferenças?

No que diz respeito ao método etnográfico, a comparação entre países ou regiões não é ilusória? Deve-se pensar a partir dessas unidades prontas, já dadas (o território nacional, esta ou aquela cidade, por exemplo)? Não se trataria de construir o território geográfico de seu estudo sem o pressupor previamente a partir de fronteiras, no caso presente, as dos Estados?

A pobreza pode assim ser abordada de várias maneiras. Na maioria das vezes, uma preocupação, nobre ou menos nobre, governa o ponto de vista daquele que fala. Os estudos que ele propõe podem servir para as políticas que visam à melhoria da situação dos mais carentes, mas a preocupação pode também estar relacionada com o medo dos riscos de revolta, riscos que representam as populações miseráveis; o estudo pode ainda ser motivado pelo temor do contágio e das doenças (porque na Rússia e na França, por exemplo, as pessoas que se encontram em

situação de rua têm taxas de tuberculose mais elevadas do que a média da população), ou, simplesmente, ser motivado por um tipo ou outro de financiamento (associativo? estatal?).

Outro elemento importante deve ser levado em conta: a posição social e cultural ocupada pelos pobres na sociedade em questão. Neste aspecto, de um país para outro (de um meio social para outro, igualmente) as concepções divergem. Assim, na América do Norte, a relação com o trabalho é essencial: existe a crença de que quando uma pessoa quer de fato, ela pode “sair da dificuldade” e “subir”, isto é, enriquecer. Esta forma de individualismo oprime a pessoa pobre tornando-a responsável por sua pobreza e culpada pela sua miséria – o que não deixa de ter ligação com o protestantismo (MAX WEBER, 1904-1905). Com base em quais formas culturais e, sobretudo, religiosas, se organiza a posição social dos pobres? Em ruptura ou em continuidade com que modelo histórico ela se encontra construída?

Se o ponto de vista do etnólogo deve ser dito no início, esclareço que minha preocupação era a de compreender os pontos de vista das pessoas que viviam nas ruas, pensando que uma política, qualquer que seja ela, deve de todo modo passar pela opinião das pessoas envolvidas. Julguei também que a ação devia necessariamente ser esclarecida por uma forma ou outra de compreensão. No que concerne às pessoas sem domicílio, não se trata apenas de agir o mais rapidamente possível, mas é igualmente necessário pensar o fenômeno, tanto em seu campo cultural e histórico, como no quadro urbano mais amplo dos demais habitantes da cidade e dos pobres em geral, com ou sem domicílio.

### 3. UMA CONCEPÇÃO MULTIFATORIAL

Se considerarmos as publicações sobre o tema das pessoas sem domicílio – *homeless people* em inglês, *bomjej* em russo (abreviação para dizer: “sem lugar apropriado para viver”), *SDF* (sem domicílio fixo) em francês –, a simples definição econômica da pessoa sem domicílio não parece suficiente. Peter Rossi, por exemplo, fala dos sem domicílio partindo de uma definição em relação com a renda da família: “A pobreza extrema é a de uma família cuja renda anual constitui três quartos ou menos da linha de pobreza”. (PETER H. ROSSI, 1989, p. 13). Ora, por um lado, a linha de pobreza é uma noção contestável, porque se a renda superior aumentar, a linha de pobreza também vai aumentar, mas o índice de pobreza econômica poderá permanecer o mesmo. Por outro lado, a situação de uma pessoa que vive nas ruas é multifatorial: ela se deve à política local (como funciona o acesso à habitação e à assistência médica?),

à organização social mais geral (é possível exercer uma atividade nas ruas, do tipo pequeno comércio, coleta de material reciclável?), às formas de dominação (quais são os poderes do Estado e os poderes da polícia local?), às possibilidades de assistência (existem associações caritativas estatais ou privadas? É possível comer e dormir em locais coletivos?), às possibilidades ou não de mendigar. Esses fatores, independentemente da renda, têm um papel essencial sobre as formas da vida nas ruas.

O tratamento social dos mais pobres, nos parece, deve ser apreendido sob o ângulo histórico-econômico-cultural. Pessoas com valores e modos de vida experimentam uma situação social de dominação – sofrem os efeitos de desigualdades – que implica certas formas de organização. Essas formas de organização são ao mesmo tempo impostas (efeitos da dominação) e dispõem de uma relativa autonomia simbólica (o que significa que elas têm uma margem de auto-organização que se constrói no esquecimento da dominação). Na vida cotidiana, os grupos sociais em situação de pobreza não pensam incessantemente na dominação social que se abate sobre eles. Este “esquecimento” gera uma forma de organização original que não está apenas ligada à pobreza – o “pobre” tem uma cultura que não se limita a ser uma resposta para a sua situação econômica ou, em outras palavras, sua cultura não se limita a ser uma “cultura de pobreza”, como dizia Oscar Lewis (Lewis, 1961). As culturas das ruas são plurais, não somente ligadas à pobreza, à ausência de habitação ou ao espaço geográfico da rua: são formas de organização variadas, modos de pensar que se enunciam, na França, por exemplo, em continuidade com os “meios populares” (Gaboriau, 1993).

#### 4. TENTATIVA DE OBJETIVAÇÕES

O estudo das estatísticas globais é o primeiro índice para um etnólogo de campo como eu. Imprecisos ou discutíveis, os números fornecem ainda assim referências. Tentativas de objetivações são possíveis com relação aos critérios econômicos (renda, índices de pobreza) ou com relação à habitação.

Para um dado país, o PIB *per capita* dá uma ideia das riquezas coletivas. O Produto Interno Bruto varia consideravelmente se considerarmos os três países estudados. Nos Estados Unidos, ele é de 46.000 dólares anuais por habitante, na França, de 33.800 dólares, na Rússia, de 14.600 (consultar o site <http://www.indexmundi.com/g/r.aspx?v=67&l=fr>). Esses dados dependem de modos de cálculo e dos fatores levados em conta (a produção, as despesas ou a renda). Esses algarismos são aproximados (o estudo da renda dá, por definição, resultados imprecisos na Rússia).

Ele dá uma ideia da riqueza coletiva de um país, sem fornecer elementos sobre a dispersão e as desigualdades.

O índice de pobreza esclarece mais sobre as dispersões porque, mais do que a renda média, é a dispersão que nos interessa. Os 10% mais pobres obtêm 2,8% da renda global na França; 2,4% na Rússia e 1,9% nos Estados Unidos. Os 10% mais ricos obtêm 30,6% da renda global na Rússia, 29,9% nos Estados Unidos e 25,1% na França. (Dados do *Worldbank*, 2008). Não me deterei aqui em outros dados úteis, sobretudo no índice dito de Gini, coeficiente que permite apreciar a dispersão da renda). Da mesma forma, estudar de um modo geral os índices de pobreza, de desemprego, de expectativa de vida dos diferentes meios sociais (comparar os “brancos” e os “negros” na América do Norte), os diferentes índices de pobreza, fornece algumas indicações com respeito aos quadros sociais das desigualdades.

O número de habitações disponíveis é igualmente difícil de comparar porque seria necessário levar em conta o número global das habitações. Qual é a disponibilidade das habitações mais baratas? A quantidade de habitações sociais comparativamente às habitações privadas? Assim, em Paris, existem inúmeras habitações desocupadas (propriedade de instituições, como os bancos) – 136.000 habitações, ou seja, 10,3% do número total (fonte *Insee*, 1999) – mas, igualmente, a lista de espera para obter uma habitação social é muito longa (mais de 100.000 demandas).

Deve-se assinalar que a política global de um Estado tem uma atuação essencial no que concerne à porcentagem da população considerada como pobre. Isto significa que em um nível de vida médio igual, pode existir uma porcentagem de pobres maior ou menor em função da política adotada. Por falta de assistência social generalizada em um país, todavia, globalmente mais rico do que a França, os americanos pobres do norte são mais numerosos em porcentagem que os franceses pobres. E, como etnólogo de campo, observei uma forte concentração de pessoas sem domicílio nas ruas do centro de Los Angeles, em número bem maior do que nas ruas de Paris, onde existem, entretanto, mais pessoas que vivem “nas ruas” do que em Estocolmo, na Suécia, ou em Copenhague, na Dinamarca.

É difícil comparar os índices de pobreza e a porcentagem de pessoas que vivem nas ruas em uma determinada sociedade. A definição mesma do que sejam pessoas sem domicílio é problemática. Estamos considerando as pessoas que vivem de manhã à noite nas ruas? Devemos incluir as pessoas que vivem em centros de acolhida e asilos? Como classificar as mulheres vítimas de violência doméstica (que se encontram momentaneamente em



um abrigo noturno), ou então os detentos que eram SDF antes de irem para a prisão? E os fugitivos? Em suma, existe uma grande quantidade de definições possíveis que terão efeitos notáveis quando se trata de quantificar o número de pessoas que vivem nas ruas. Por outro lado, as pessoas propriamente sem domicílio (na França, por exemplo, os SDF “clochardizados”)<sup>1</sup> são difíceis de encontrar, e um estudo estatístico sobre as pessoas em situação de rua as omite com frequência, pois são difíceis de serem abordadas e vivem sem contato com as instituições (Gaboriau, 2008). O número de pessoas nas ruas depende igualmente de vários fatores sociais: solidariedade familiar, ajuda mútua mais ou menos forte. Em suma, os fatores objetivantes constituem apenas uma abordagem prévia útil, que fornece um quadro de reflexão para a abordagem de campo.

## 5. ELEMENTOS COMUNS

Ser uma pessoa sem domicílio não significa apenas viver uma condição objetiva nas ruas. É também conhecer uma situação social de dominação. Condição de vida objetiva sem domicílio e forma de dominação social caminham juntas. O sofrimento psicológico que resulta da existência nas ruas é tanto uma consequência da vida “dura”, em condições de desconforto e de incerteza, como da vida numa posição de dominação social, com as humilhações e o desdém que ela implica, e o sofrimento de ser posto “de lado”.

Sofrimento físico e sofrimento mental andam lado a lado e se reforçam mutuamente. Eles têm como consequência condutas adicionais variadas (dependência do álcool ou das drogas). Estas condutas estão em continuidade com os modelos culturais (Georges Devereux fala dos “modelos de má conduta”) (Devereux, 1970). Assim, o francês “clochardizado” irá comprar o seu vinho tinto e beberá até cinco ou seis litros por dia; o americano ficará sóbrio ou utilizará drogas (crack, por exemplo) (Bourgois, 2001); o russo beberá cerveja ou bebidas de alto teor alcoólico, principalmente a vodka. Dessa forma se organizam os comportamentos humanos sobre caminhos já traçados. Em seu livro *Down and out in Paris and London*, George Orwell já observa que a alimentação de base é constituída de pão, chá e margarina em Londres, e de pão, vinho e margarina em Paris (Orwell, 1933).

Nas diferentes cidades consideradas, a pessoa sem domicílio é objeto de um duplo discurso e o comportamento em relação a ela é bicéfalo. Existe

<sup>1</sup> N.T. De *clochard*, termo que vem de “mancar” (*clocher, boiter*) e designa o segmento mais estigmatizado da população em situação de rua, próximo ao andarilho, um tipo folclórico estranho, mas atraente, que se generaliza no período entre as duas guerras mundiais.

uma face amável, humanista e atenta – difundida na mídia e nos discursos oficiais dos políticos – e uma face repressiva, culpabilista e humilhante. Ambas caminham juntas e se encontram algumas vezes em uma mesma política, uma mesma instituição e, até mesmo, em uma mesma ação individual. A fala do pobre é depreciada e objeto de pouca atenção. Ela é substituída por instituições caritativas ou ONGs, por porta-vozes que utilizam como argumento modelos religiosos e/ou humanistas.

Enfim, outro ponto comum entre os três países considerados é o fato de existir, como escrevem Graham Tipple e Suzanne Speak, “um fosso entre o que muitas famílias podem se permitir gastar em habitação e a disponibilidade de moradias a preços acessíveis.” (Tipple, Speak, 2009, p. 42.) Em outras palavras, as habitações mais baratas de uma cidade ainda são caras demais para as famílias de baixa renda. Isso mostra como existem pessoas sem domicílio que são também trabalhadores ativos (os americanos os denominam *working poor*), encontrados na Rússia, na França ou nos EUA.

#### 6. UMA REORGANIZAÇÃO CULTURAL DAS CONDIÇÕES CLIMÁTICAS

Um argumento simples é com frequência antecipado para diferenciar as condições de vida nas três cidades aqui consideradas (Paris, Moscou e Los Angeles): o clima. O modo de vida não pode ser semelhante tendo em vista as diferenças de clima. Os invernos rigorosos em Moscou impediriam a vida na rua; por outro lado, viver na rua seria possível em Los Angeles, justamente porque ali o inverno é temperado; Paris, por sua vez, é uma cidade intermediária no plano climático.

Esses dados objetivos do clima representam um papel que não é dos menores. Assim, na Costa do Marfim, na África, uma parte da população das aldeias dorme ao ar livre, sem que seja considerada como sem-domicílio. Em Moscou, é de fato impossível passar uma noite em espaço aberto no pior momento do inverno, com temperaturas de -20 a -30°C. No entanto, as construções urbanas têm um papel chave. Vários túneis permitem a passagem de pedestres de um lado a outro da rua e são utilizados como abrigos para a noite, como para o dia, no período de inverno. As estações, embora vigiadas pela polícia, servem igualmente de lugares de proteção. Existem, de fato, muitos locais abrigados. O simples rigor do inverno, mais ou menos intenso, não explica o número maior ou menor de pessoas sem domicílio. Neste sentido, a política praticada em relação aos mais pobres será bem mais significativa, sua visibilidade será maior ou menor de acordo com as regulamentações locais ou nacionais.

## 7. A POLÍCIA DOS POBRES

O estudo do modo de vida das pessoas sem domicílio permite levar em conta um elemento dos mais importantes no cotidiano das ruas: a relação com a polícia e com a repressão de um modo geral. A vida nas ruas é regulamentada e policiada. Nos Estados Unidos e na Rússia, os pobres são controlados através da detenção e Loïc Wacquant fala da “criminalização da miséria”. Assim, “na Califórnia, 40% dos negros de 18 a 35 anos estão presos ou em liberdade vigiada e condicional”. (Wacquant, 2004, p. 83). Esse encarceramento massivo diminuiu o número de pessoas nas ruas. As taxas de detenção na Rússia e nos Estados Unidos não têm equivalente em outros países da Europa. Existem 740 detidos a cada 100.000 habitantes na Rússia, 648 nos Estados Unidos e 90 na França (Wacquant, 2004, p. 126-127).

Em uma sociedade com tradição estatal autoritária (o caso da Rússia), o poder constituído pode, sem entrave, deslocar ou penalizar as populações pobres consideradas inoportunas. É o caso de Moscou, onde o centro da cidade é regularmente esvaziado de pessoas em situação de rua. Muitas vezes nos disseram que as pessoas sem domicílio tinham sido expulsas de Moscou e levadas para cidades a uma centena de quilômetros de distância. Pude constatar esse fato quando estive em Vladimir (a 180 km a leste de Moscou), onde havia centenas delas reunidas em torno da estação de trem. Seriam elas as pessoas expulsas de Moscou? Não sei com certeza, mas é bastante provável. Um Estado autoritário dispõe de meios repressivos suficientes para esconder as formas de pobreza visíveis e expulsá-las do centro das cidades ou dos lugares turísticos. Assim como observei inúmeras vezes, a polícia moscovita controla as entradas de metrô e impede o acesso às pessoas “clochardizadas” (condenando-as em pleno inverno a uma errância no frio).

Em Los Angeles, a pobreza das ruas entra em quadros jurídicos precisos, que mudam com regularidade. Assim, durante o dia não é permitido sentar-se nas calçadas em Santa Mônica ou armar barracas no centro da cidade. Em suma, as regulamentações (que mudam regularmente) de aparência objetiva e aplicáveis a todos os cidadãos, visam, de fato, policiá-la vida dos pobres. As multas da polícia oprimem, assim, a pessoa em situação de rua: na impossibilidade de pagá-las, ela é presa na menor reincidência.

Em Paris, o que se teme é a visibilidade. A instalação de acampamentos coletivos de SDF está agora proibida pela polícia, que impede as tentativas de nova ocupação (como aconteceu muitas vezes em relação ao movimento *Enfants de Don Quichotte* que, a partir de 2006, começou a implantar barracas na cidade).

Em cada uma das metrópoles consideradas, a relação com a visibilidade parece essencial. O poder constituído teme a grande visibilidade dos pobres que dão uma imagem negativa do governo aos demais habitantes e aos turistas. Obrigação de andar, punição do sedentário, destruição das habitações duráveis (barracas, favelas) obrigam os pobres das ruas a se esconderem, a dormirem durante o dia, ou a andarem durante o dia ou à noite. A despeito do humanismo afirmado pelos governantes, a vida social dos pobres torna-se ainda mais dura pelas condições socio-políticas, o que gera o cansaço e o esgotamento daquele que, sem poder algum e dispondo de poucas relações, pode apenas caminhar, procurar ser discreto ou se esconder.

## 8. CONSTRUÇÕES HISTORICIZADAS

A história e a geografia não constituem somente panos de fundo para a situação atual. Nos países-nações, o presente está na continuidade de um processo fortemente colorido pelos valores nacionais.

Na Rússia soviética, as pessoas sem domicílio quase não existiam. Muitas habitações eram precárias, sobretudo nos apartamentos comunitários (nos quais as pessoas partilhavam a cozinha e o banheiro), mas não havia gente vivendo “nas ruas”. Existia uma multiplicidade de pequenos trabalhos que permitiam sobreviver: vendedores de jornais, vendedores de maçãs ou laranjas, vendedores de quinquilharias em quiosques. Embora mal pagos, esses trabalhadores podiam sobreviver e, por definição, uma habitação era atribuída a toda pessoa legalmente inscrita na cidade considerada (como as habitações não podiam ser compradas, elas eram trocadas). O sistema de ajuda mútua podia suprir a falta. Só ficavam em situação difícil as pessoas que viviam ilegalmente nesta ou naquela cidade. Controladas pela polícia, expulsas ou presas, as pessoas marginais ou ilegais não podiam de modo algum viver nas ruas em meio urbano, com exceção de alguns raros ocupantes de prédios abandonados. Convém observar que na Rússia as planificações urbanas (de empresas, habitações, centros culturais, centros de saúde) pertencem ao âmbito do Estado. As cidades soviéticas, sobretudo Moscou, são organizadas em “bairros” (*raiony*), que dispõem de uma autonomia relativa, com seus prédios habitacionais, o centro comercial, a escola, o centro de lazer...

Resumindo: na União Soviética, a assistência, ainda que medíocre, às pessoas mais pobres, evitava o problema massivo das pessoas sem domicílio. O seu aparecimento está ligado a uma forma de organização social e econômica. As privatizações provocam efeitos sobre os modos de vida e as moradias (agora é possível alugar ou vender um apartamento, o que antes era legalmente impossível). A partir de 1985, com a Perestroika, e a introdução progressiva dos valores capitalistas (empresas que visam o lucro), o problema da habitação se apresenta de forma diferente: ela tornou-se valor para um patrimônio. Doravante, a pobreza se abate sobre as pessoas que não podem obter um lugar no processo do trabalho, a saber, os mais velhos e as pessoas sem qualificação, os aposentados que vivem sozinhos, as famílias que têm alguém deficiente, as famílias numerosas e monoparentais (ver: *United Nations...*, 2002). Entre essas pessoas, algumas se encontram sem domicílio.

Nos Estados Unidos, a Revolução Industrial favorece a constituição de uma população móvel que trabalha nos grandes canteiros de obras: construção de vias férreas através do país, trabalhos de desflorestamento. É em torno do valor do trabalho que se organiza a concepção americana: o *hobo* é o trabalhador móvel, o *bum* é o *clochard* que não trabalha. A noção de *homeless* vai reagrupar esses dois tipos. Na Califórnia, como observam Charles Hoch e Robert Slayton, a industrialização esteve em grande escala nas mãos do setor privado. Os homens de negócio escolheram a localização das indústrias, organizaram os meios de transporte para a mão de obra operária. “Muitos aspectos institucionais da vida comunitária das cidades americanas são o resultado direto de decisões e de necessidades privadas.” (Charles Hoch e Robert A. Slayton, 1989, p 10). Aconteceu radicalmente o inverso na Rússia, onde o Estado decidiu sobre a política de habitação e a indústria. Os anos 1980 marcam, nos Estados Unidos, uma mudança. Nesses anos Reagan, os mais prósperos enriquecem, e os mais pobres empobrecem ainda mais, os créditos para a assistência social diminuem (ver Snow and Anderson, 1993). Cai o número de habitações mais baratas. A destruição progressiva das pensões (*boarding houses*), bem como das habitações precárias nos centros das cidades tem como consequência tornar os pobres mais visíveis, mais em contato com as pessoas que dispõem de domicílio (Barak, 1991, p. 33 e seguintes). Os efeitos da recente crise econômica caminham no mesmo sentido (muitas famílias se encontram “do lado de fora” e vivem em barracas depois de terem abandonado as suas casas em razão de não poderem pagá-las). Não se deve, porém, confundir “vida na rua” e visibilidade das pessoas pobres. Ainda nos Estados Unidos, a noção de “raça” (em outras palavras, a cor da pele) tem um papel particular; fala-se também de “*underclass*” ou de

“guetos”: os negros são vítimas de um sistema econômico que se dissimula por detrás da democracia, são eles que são encontrados majoritariamente nas ruas em Los Angeles, quando constituem apenas 14% da população. (Observe-se que o estilo hippie (*hippie tramps*) ainda existe na América e é o herdeiro da contracultura dos anos 1960, que não existe nem na França nem na Rússia. Por outro lado, o veterano de guerra – do Iraque ou da Chechênia – pode ser visto em Los Angeles e Moscou).

Na França, desde o século XIX, a vadiagem e a mendicância foram objeto de intensa repressão até março de 1994, data em que entrou em vigor o novo código penal (que não as considera contravenção). Em 1890, por exemplo, foram presas 35.301 pessoas sob a acusação de mendicância ou vadiagem. Entre 1887 e 1905, 943 vagabundos franceses foram deportados para a Guiana ou a Nova Caledônia (Gaboriau, 1998, p. 237). Sobre essa base jurídica vai-se afirmar pouco a pouco a identidade do *clochard*, personagem singular, cioso da sua liberdade e, todavia, vítima da miséria. “Esse *clochard*, de olhos doces, diz uma canção francesa dos anos 1950 cantada por Maurice Chevalier, cheira bem a França”. Hoje, ninguém mais poderia dizer uma frase como esta. O *clochard*, que se tornou “SDF” ou “excluído”, passou a ser um problema social e sua presença é vista como constrangedora: ela incomoda os poderes constituídos que, por falta de uma política enérgica em relação aos pobres, não conseguem resolver o problema de sua presença nas ruas. E os governos se sucedem sem adotar uma política global para pôr fim ao problema do sem-domicílio, que, a cada inverno, retorna ocasionalmente como tema de discussão nas mídias nacionais, visto que, devido ao frio, morrem pessoas que vivem nas ruas.

#### 9. DO MÉTODO ETNOGRÁFICO: OS PONTOS DE VISTA DAS PESSOAS SEM DOMICÍLIO, O ESTUDO DAS FORMAS DE DOMINAÇÃO E DOS VALORES

A etnografia revela pistas possíveis.

O método etnográfico, que parte dos pontos de vista das pessoas estudadas, questiona mais uma vez as simplificações. As pessoas em situação de pobreza devem ser pensadas em um determinado tempo histórico e lugar. Elas sofrem formas de dominação social, mas estas não constituem a “totalidade” de suas vidas. A existência das pessoas pobres se organiza em torno de valores culturais que constituem um aspecto importante da vida nas ruas. Esses valores culturais revelam a cultura de conjunto na qual se inserem as pessoas sem domicílio, e também os “valores populares”, em continuidade dos quais se encontram as pessoas que vivem nas ruas.

Dialeto dos negros americanos *homeless*, longe do inglês padrão; humor sarcástico do *clochard* parisiense; convivialidade amistosa dos pequenos grupos de pessoas sem domicílio moscovitas.

O problema permanece complexo por estar ligado à organização social de nossas sociedades em sua totalidade e, sobretudo, em razão dos vínculos existentes entre os elementos sociais e psicológicos (a pessoa que se encontra em situação de rua numa posição de dominação social fica arrasada, frequentemente deprimida, e se culpabiliza). A relação com o trabalho, a família e a marginalidade varia de uma sociedade para outra. Existem, todavia, traços comuns: o número de homens nas ruas é sempre maior que o de mulheres (de um lado, porque a assistência às mulheres é, em geral, mais forte; de outro, porque a prostituição permite uma outra forma de sobrevivência). Invariavelmente a maioria das pessoas vem de meios pobres ou, em outras palavras, a reprodução dos meios sociais tem um papel essencial.

Quando uma proporção importante da população é pobre (caso de Moscou), as redes de conhecimentos têm uma atuação fundamental. Assim, alguém que tem uma *datcha* (ou então que tem amigos proprietários de uma *datcha*) que produz legumes e verduras pode se alimentar sem despendar dinheiro. A rede de relações tem um papel essencial, sobretudo a rede local (grupo familiar, grupo de amigos nas ruas ou vivendo em habitações precárias). Ela não permite “sair” da pobreza, mas evita a miséria, a fome, o frio.

O duplo aspecto, a saber, uma dominação social mais ou menos pesada, e uma forma de autonomia simbólica a despeito de tudo (em continuidade com os valores culturais do país, os valores de meios sociais, os valores regionais), parece-me essencial para melhor compreender os modos de vida nas ruas e apreender a sua originalidade. Os livros norte-americanos raramente deixam perceber as pessoas em situação de pobreza sob este duplo aspecto: na maioria dos textos elas são consideradas em sua pobreza mesma, em termos de “*underclass*”, “*deprivation*”, “*social dislocations*” (ver principalmente William J. Wilson, *The truly disadvantaged*, 1987), em termos de falta e de desvantagem, nunca, ou quase nunca, em consideração de seus valores (o que, em minha opinião, deveria constituir o segundo aspecto da análise). Dessa forma, um único aspecto da vida nas ruas é estudado. Deve-se admitir que muitas vezes os constrangimentos dão pouca margem de manobra. Assim, em Los Angeles, as pessoas sem domicílio podem escolher a solidão da rua ou o abrigo noturno (*shelter*), com o seu paternalismo caridoso que limita a liberdade. No entanto,

neste contexto, escolhas são efetuadas, permitindo, às vezes, a ilusão de uma “pequena liberdade”.

Enfim, cada cultura formula de uma maneira específica o problema da relação com os pobres. Parece difícil dar uma definição *a priori* das pessoas sem domicílio, uma definição que seja válida em qualquer momento social e histórico. Não existe um “grupo”, uma “classe”, uma “população” que poderia objetivamente ser chamada “SDF”, sem domicílio. Cada organização cultural, cada período histórico, definem o campo daqueles que são postos em situação de dominação. Embora a ausência de domicílio reste como símbolo maior da privação, outras esferas da vida social devem igualmente ser consideradas.

#### ABSTRACT:

*From three ethnographies with homeless people made by the author in different continents, a confrontation of the conditions of current existence of these subjects in each city – Paris, Moscow and Los Angeles – is proposed. The limits and implications of such an undertaking become explicit in the methodological prudence and indications about difficulties in comparatism. Considering the multiplicity of factors of this phenomenon, identification of the possible objective elements and those which present themselves in a generalized fashion is attempted, as well as those that configure themselves in a singular way in each society. The contributions of the ethnographic method are, finally, presented as a privileged means to know the points of view of the people studied, considering their forms of interaction with the totality and the precise conditions in each context in historical, economic, political and cultural terms.*

Keywords: *homeless; ethnographic method; comparative method.*

#### REFERÊNCIAS

- BARAK, Gregg. *Gimme shelter. A social history of homelessness in contemporary America*. New York; Westport, CO; Londres: Praeger, 1991.
- BONADONNA, Federico. *Il nome del barbone. Vite di Strada e povertà estreme in Italia*. Préface de Walter Veltroni. Rome: Derive Approdi, 2001.
- BOURGOIS, Philippe. *En quête de respect. Le crack à New York*. Paris: Seuil, 2001.
- BURT, Martha R. *Over the edge. The growth of homelessness in the 1980s*. New York: Russell Sage Foundation, 1992.
- CLEISA MORENO MAFFEI, Rosa. *Vidas de rua*. São Paulo: Editora Hucitec/Rede Rua, 2005.



- DAVIS, Mike. *Planet of slums*. Londres, New York: Verso, 2006.
- DEVEREUX, Georges. *Essais d'ethnopsychiatrie générale*. Paris: Gallimard, 1970.
- GABORIAU, Patrick. *Clochard. L'univers d'un groupe de sans logis parisiens*. Paris: Julliard, 1993.
- \_\_\_\_\_. *SDF à la Belle Époque, L'univers des mendiants vagabonds au tournant des XIXe et XXe siècles*. Paris: Desclée de Brouwer, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Le chercheur et la politique*. Paris: Aux Lieux d'Être, 2008.
- GANS, Herbert J. *The war against the poor. The underclass and antipoverty policy*. New York: Basic Books, 1995.
- HOCH, Charles, SLAYTON, Robert A. *New Homeless and old. Community and the skid row hotel*. Philadelphia: Temple University Press, 1989.
- JENCKS, Christopher. *Rethinking social policy. Race, poverty, and the underclass*. New York: HarperCollins, 1993.
- JENCKS, Christopher. *The homeless*. Cambridge, MA; Londres: Harvard University Press, 1994.
- JENCKS, Christopher, PETERSON, Paul E. (Ed.). *The urban underclass*. Washington, D.C.: The Brookings Institution, 1991.
- LEWIS, Oscar. *The Children of Sánchez: Autobiography of a Mexican family*. New York, London: Random House, 1961.
- O'FLAHERTY, Brendan. *Making room. The economics of homelessness*. Cambridge, MA; Londres: Harvard University Press, 1996.
- ORWELL, George. *Dans la dèche à Paris et à Londres*. Paris: Ed. Champ Libre, 1982 (1.ed. inglesa: *Down and out in Paris and London*, 1933.)
- PICHON, Pascale (éd.). *SDF, sans abri, itinérant. Oser la comparaison*. Louvain: UCL Louvain, 2009.
- ROSSI, Peter H. *Down and out in America. The origins of homelessness*. Chicago; Londres: The University of Chicago Press, 1989.
- SNOW, David A., ANDERSON, Leon. *Down on their luck. A study of homeless street people*. Berkeley, Los Angeles: University of California Press, 1993.
- TIPPLE, Graham, SPEAK, Suzanne. *The hidden millions. Homelessness in developing countries*. London, New York: Routledge, 2009.

United Nations Theme. Group on Poverty. *Working toward a poverty eradication strategy in Russia: Analysis and recommendations*. (International Labor Organization.) Moscow: The Ilo office, 2002.

VERRET, Michel. *La culture ouvrière*. Avec la collaboration de Joseph Creusen. Saint Sébastien (44): ACL édition, 1988.

WACQUANT, Loïc. *Punir les pauvres. Le nouveau gouvernement de l'insécurité sociale*. Marseille: Agone, 2004.

WEBER, Max. L'éthique protestante et l'esprit du capitalisme. [http://classiques.uqac.ca/classiques/Weber/ethique\\_protestante/Ethique.html](http://classiques.uqac.ca/classiques/Weber/ethique_protestante/Ethique.html) 1904-1905.

WILSON, William Julius. *The truly disadvantaged. The inner city, the underclass, and public policy*. Chicago; Londres: The University of Chicago Press, 1987.